

## **PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

### **Resolução do Conselho do Governo n.º 66/2007 de 5 de Julho de 2007**

O Governo Regional tem por missão promover o desenvolvimento económico, atraindo a cooperação do investimento privado e contribuindo desta forma para a redução das desvantagens estruturais da Região.

Considerando que o turismo é um sector com influência transversal na economia e que contribui para a redução efectiva das desvantagens estruturais da Região e que o desenvolvimento de alguns produtos turísticos obriga um esforço de investimento público no sentido do aproveitamento das potencialidades económicas e da promoção da coesão económica, social e territorial;

Considerando os importantes recursos termais existentes na Região que, devidamente explorados, são um inestimável instrumento de valorização do património natural e do destino turístico Açores.

Considerando que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., participada pela Região em conformidade com a Resolução n.º 177/2005, de 24 de Novembro, tem como objecto o planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projectos no âmbito de actividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços;

Nesta conformidade, o Governo Regional pretende encarregar a Ilhas de Valor, S.A., de lançar os procedimentos necessários à promoção e desenvolvimento dos diferentes projectos termais e de natureza, cujo financiamento deverá ser assegurado através de um contrato de gestão de serviços de interesse económico geral, a celebrar nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, aplicável supletivamente ao sector empresarial regional.

Assim, nos termos das alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1. Encarregar a Ilhas de Valor, S.A., de prestar serviços públicos de interesse económico geral relativos à promoção de actividades turísticas associadas ao termalismo e ao turismo de natureza, designadamente através do desenvolvimento dos projectos termais da Ferraria, Carapacho e do Parque de Campismo das Queimadas, na Ilha de S. Miguel.
2. Aprovar o contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à promoção das actividades turísticas associadas ao termalismo e de natureza nos termos constantes da minuta anexa à presente resolução e que dela faz parte integrante.
3. Autorizar durante o corrente ano a transferência de 1.500.000,00 euros (um milhão e quinhentos mil euros) ao abrigo da cláusula terceira do contrato a ser processada por conta do Capítulo 40, Divisões 12 e 15 e respectivamente subdivisões 03 e 01.
4. Delegar no Secretário Regional da Economia os poderes para outorgar o referido contrato em representação da Região, nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo.
5. A presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Santa Cruz das Flores, em 19 de Junho de 2007. - O Presidente do Governo Regional em exercício, *Sérgio Humberto Rocha de Ávila*, Vice-Presidente do Governo Regional.

**Anexo**  
**Contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral**  
**relativo à Promoção das actividades turísticas associadas ao termalismo e ao turismo de**  
**natureza no arquipélago dos Açores**

- Entre

**a Região Autónoma dos Açores (RAA),**

**e**

**a Ilhas de Valor S.A. (Ilhas de Valor),**

**Considerando que:**

- (1) A RAA pretende desenvolver o termalismo e o turismo de natureza, tendo como principal objectivo a satisfação das necessidades dos açorianos e a promoção da coesão económica, social e territorial dos Açores;
- (2) Para a realização de tais finalidades, pode a RAA recorrer à celebração de contratos com as empresas públicas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral, contemplando, designadamente, a atribuição de indemnizações compensatórias na medida do estritamente necessário à prossecução do interesse público;
- (3) Nos termos da Resolução n.º 177/2005, de 24 de Novembro e dos respectivos estatutos, a Ilhas de Valor tem como objecto a o planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projectos no âmbito de actividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços;
- (4) O Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que aprova o novo regime jurídico do sector empresarial do Estado, é de aplicação supletiva às Regiões Autónomas;
- (5) Nos termos desse diploma legal, as empresas públicas encarregues da gestão de serviços de interesse económico geral devem prosseguir as missões que lhe estejam confiadas no sentido de garantir o fornecimento de serviços ou a gestão de actividades cuja rendibilidade não se encontra assegurada, em especial devido aos investimentos necessários ao desenvolvimento de infra-estruturas ou redes de distribuição ou, ainda, devido à necessidade de realizar actividades comprovadamente deficitárias;
- (6) Nos termos do Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 120/2005, de 26 de Julho, as empresas públicas, na acepção dos artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, estão sujeitas ao regime de transparência financeira;
- (7) Tal regime implica, para as empresas encarregues da gestão de um serviço de interesse económico geral e que, por essa razão, recebam quaisquer auxílios atribuídos em conexão com o exercício desse serviço e que, além disso, prossigam outras actividades, a obrigação de apresentar contas de exploração separadas por actividades, de forma a evitar que os subsídios pagos possam vir a ser utilizados no financiamento de uma actividade que se considera exercida em condições normais de mercado;
- (8) Em consequência, importa especificar o conteúdo dos serviços de interesse económico geral a cargo da Ilhas de Valor, sendo de realçar o facto desta sociedade em toda a sua actividade se dedicar a actividades de interesse económico geral, alias como decorre da resolução nº 177/2005, de 24 de Novembro;
- (9) Os critérios que determinam as transferências a efectuar pelo Orçamento Regional, directamente, para a Ilhas de Valor devem estar definidos de forma clara e transparente, devendo basear-se nos custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público;
- (10) O nível da compensação deve ser fixado com base numa análise dos custos que uma empresa adequadamente gerida e equipada em meios de transporte teria de suportar para cumprir as

exigências de serviço público, tendo em conta as respectivas receitas, assim como um lucro razoável pela execução destas obrigações;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à promoção e desenvolvimento das actividades turísticas nos Açores, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objecto**

1 - O presente contrato visa disciplinar os termos em que a Ilhas de Valor fica habilitada a praticar os actos jurídicos e demais operações materiais correspondentes ao exercício das seguintes tarefas interesse económico geral:

- a) Promover, acompanhar e desenvolver os projectos das termas da Ferraria e do Carapacho, nas Ilhas de S. Miguel e Graciosa e do Parque de Campismo das Queimadas, na Ilha de S. Miguel;

2 – No cumprimento do presente contrato a Ilhas de Valor adquire os direitos e assume as obrigações decorrentes dos actos e contratos que celebra, sem prejuízo de ficar convencionado que o faz por conta da Região Autónoma dos Açores.

3 – A Ilhas de Valor não fica obrigada à prática de actos jurídicos ou operações materiais que se situem fora do âmbito do presente contrato ou extravasem o seu objecto social.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Separação de contas**

1 – A Ilhas de Valor fica obrigada a aplicar métodos contabilísticos que permitam o cumprimento das regras gerais de separação de contas a que alude a Directiva da Comissão de 25 de Junho de 1980, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados-Membros e as empresas públicas (80/723/CEE) e o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 148/2003, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2005.

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Transferências**

1 – Na parte em que as tarefas de interesse económico geral a que alude o artigo 1.º, n.º 1, não beneficiem de participações de fundos comunitários, nacionais ou regionais, o seu financiamento é assegurado mediante transferências a efectuar pelo Orçamento da RAA, directamente, as quais não devem exceder os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público, que serão calculados a partir de dados objectivos, obtidos por comparação entre receitas e custos de exploração.

2 – Tais verbas são transferidas nos termos que vierem a ser fixados anualmente por despacho conjunto dos Secretários Regionais com competência nas áreas das finanças e da economia, em conformidade com um plano de actividades e orçamento detalhado, por eles previamente aprovado, até 30 de Setembro do ano anterior ao que respeita.

3 – Semestralmente será apresentado um relatório com informação detalhada sobre a execução das actividades aprovadas, bem como dos procedimentos e critérios contabilísticos.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Titularidade dos bens construídos ou adquiridos pela Ilhas de Valor**

Os bens adquiridos pela Ilhas de Valor, em execução do presente contrato são bens próprios da Ilhas de Valor e como tal devem ser contabilizados e registados no cadastro dos bens que integram o seu património.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Contratação pública**

A aquisição pela Ilhas de Valor, de bens ou serviços, em execução do presente contrato, bem como a adjudicação de obras públicas, em regime de empreitada, de concessão ou de administração directa, ficam sujeitas aos princípios gerais da contratação pública.

Cláusula 6.<sup>a</sup>

**Encargos processuais, administrativos e financeiros**

1 – Os encargos processuais, administrativos e financeiros incorridos pela Ilhas de Valor em cumprimento do presente contrato são suportados integralmente pelas transferências a que se refere a cláusula 3.<sup>a</sup>.

1 – Para efeitos do presente contrato consideram-se encargos processuais e administrativos os decorrentes da afectação de recursos humanos e materiais da Ilhas de Valor ao exercício das tarefas compreendidas no objecto do presente contrato e consideram-se encargos financeiros os resultantes da antecipação de meios financeiros pela ilhas de Valor para a execução do presente contrato, incluindo os decorrentes de atrasos no pagamento ou transferência das verbas a que se refere a cláusula 3.<sup>a</sup>.

Cláusula 7.<sup>a</sup>

**Vigência e modificação**

O presente contrato aplica-se pelo período máximo de 10 anos, podendo as suas cláusulas serem objecto de modificação a todo o tempo, desde sejam respeitados os procedimentos deliberativos próprios de cada uma das partes.

Feito em Ponta Delgada aos ... dias do mês de ..... de 2007

Pela Região Autónoma dos Açores

Pela Ilhas de Valor, S. A.